

Administrar a precariedade: Saúde Pública e epidemias em Fortaleza (1850-1880)**

To manage the precariousness:
Public Health and epidemics in Fortaleza (1850-1880)**

Francisco Carlos Jacinto Barbosa*

RESUMO: Este artigo pretende refletir sobre a problematização das condições de salubridade da Capital e as medidas de saúde pública postas em prática pelas autoridades, visando a melhoria do quadro sanitário no período compreendido entre os anos de 1850 e 1880, momento em que a cidade enfrenta forte surtos epidêmicos de febre amarela, cólera e varíola.

Palavras-chave:
saúde pública,
epidemia.

A prosperidade econômica experimentada por Fortaleza nos cinquenta últimos anos do século XIX, contrapõe-se uma série de problemas urbanos, agravados não raramente, pela ocorrência de endemias e epidemias como a de febre amarela, em 1851, a de cólera, em 1862 e a de varíola, a mais aguda das três, em 1878. Elas põem à mostra as ações e as dificuldades enfrentadas pela administração pública, ao mesmo tempo em que dão visibilidade à precariedade dos serviços.

Até 1828, os serviços de saúde estavam sob a responsabilidade da Provedoria-mor, criada em 1809, a quem cabia a responsabilidade de zelar pela saúde pública, observando e intervindo em questões relacionadas à salubridade dos portos, ao funcionamento dos lazaretos e operacionalização das quarentenas, além das vistorias nas bebidas e produtos de alimentação. Ao mesmo tempo, a fiscalização do exercício da medicina, da cirurgia e da produção de medicamentos, era coordenada pela Fisicatura, instituição

(**)Esse artigo toma como base o capítulo “Administrar a precariedade”, constante da minha Tese de Doutorado. Para maiores detalhes, consultar: BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. Caminhos da cura: a experiência dos moradores de Fortaleza com a saúde e a doença. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP, 2002.

portuguesa, recriada no Brasil a partir de 1808. Conforme Pimenta (1997), os Regimentos dos aludidos órgãos, já se evidenciam uma certa preocupação com a saúde da população e com a atuação de médicos, cirurgiões e boticários.

No entanto, uma mudança operada ainda em 1828, contribuiu para a nova configuração dos serviços. A extinção da Provedoria e da Fisicatura resultou na transferência das responsabilidades relativas à saúde pública para as Câmaras, ficando como atribuição da Administração central, a vigilância sanitária dos Portos.

Em meio às referidas transformações, o Presidente do Ceará, José Martiniano de Alencar, extinguiu, em 1837, o cargo de Cirurgião-Mor da Província e autorizou, no ano seguinte, a contratação de um “doutor em medicina” que deveria residir na Capital e ser “obrigado a curar grátis a pobreza e os presos pobres, e juntamente a dar impulso á vaccina de acordo com o cirurgião a quem se cometter (sic) esse trabalho”¹. Em agosto de 1838, foi confirmado o engajamento do Dr. José Lourenço de Castro e Silva, no cargo de Médico da Pobreza. Conforme a Lei No. 133, de 31 de agosto do mesmo ano, no seu Artigo 4º, o médico deveria residir na Cidade e cumprir o estabelecido nos parágrafos:

§1º. Receitar e curar a todas as pessoas pobres, inclusive os presos, que também forem pobres, receitando-os por um formulário (ou fora d'elle quando julgar conveniente), que deverá apresentar a câmara municipal desta cidade para esta contractar com um boticário, que por menos o fizer.

§2º. Visitar os doentes, se for necessário, todos os dias, sendo alem disto encarregado da vaccina, com exclusão de outro qualquer facultativo.

§3º. Communicar no fim de cada mez ao prrsidente da província, publicar pela imprensa, sendo possível, o numero das pessoas que experimentão e o bom ou mal resultado d'elle².

¹ *Collecção de Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos da Província do Ceará*. Fortaleza: [s.n], 1837. p. 124.

² *Collecção de Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos da Província do Ceará*. Op. Cit. p. 167-168.

Observe-se que as obrigações inerentes ao cargo indicam uma clara preocupação em organizar as ações de saúde endereçadas aos moradores mais necessitados de Fortaleza e, ao mesmo tempo, apontam o interesse da administração em acompanhar as atividades desenvolvidas nessa área. Nos relatórios que dão seqüência ao de 1838, as informações sobre o estado sanitário da Província, as ações dos médicos e a problematização das demandas, passam a figurar com maior riqueza de detalhes, uma vez que organizadas num tópico

específico denominado “Saúde Pública”. Da mesma forma, a partir da década de 1840, o jornal “Cearense” passou a divulgar mensalmente a crônica médica assinada pelo Médico da Pobreza.

Entretanto, circulação de políticos que ocuparam a Presidência do Ceará é um fator que pode ter contribuído para o caráter muitas vezes deficiente e improvisado, das medidas de saúde pública pensadas e efetivadas. Entre os anos de 1838 e 1880, quarenta e dois anos, portanto, estiveram à frente da administração nada menos que 38 presidentes.³

Não obstante, os médicos que atuavam junto à população pobre, permaneciam por mais tempo em seus cargos, o que possibilitou o mínimo de organização dos trabalhos, apesar do perfil nosológico da Província, no período em foco, não apresentar uma situação das mais satisfatórias. Para se ter uma idéia, no universo de 49 relatórios, apenas em três o Presidente atesta com segurança, ser “próspero” o estado sanitário. Entre os demais, figuram os que o consideram ou “satisfatório”, apesar da ocorrência de endemias, ou “graves”, por causa das epidemias.

Uma análise das medidas de saúde concebidas e tornadas concretas pelas autoridades, revela basicamente, duas grandes estratégias, uma relacionada à esfera da prevenção e a outra, mais circunstancial, efetivada no momento em que irrompe alguma epidemia.

No primeiro caso, o discurso e as iniciativas da administração, indicam a necessidade de tornar salubre o ambiente urbano, uma vez que a tese que os orientavam, atribuía a proliferação de doenças à existência do que, então, denominavam “miasmas”. Deste modo é que as autoridades se voltavam, com frequência, para a avaliação das condições das lagoas, riachos e córregos, assim como do abastecimento d’água, para a necessidade de localização e aterramento dos pântanos e, para a identificação de lugares e atitudes considerados, pelos médicos, insalubres.

Por outro lado, as estratégias mais ocasionais giravam em torno da nomeação de “Comissões Sanitárias”, do fornecimento de remédios e dietas, do envio de médicos e enfermeiros às localidades atingidas por alguma doença e da organização de distritos “sanitários”, tal como ocorreu em 1877 e 1878, durante a grande epidemia de varíola.

Já no ano de 1838, o tema da água é abordado no Relatório do Presidente. Alertado pelos médicos de que as doenças ocorrentes podiam estar relacionadas às águas do Chafariz do Palácio, Manoel Felisrardo de Souza e Mello, convocou alguns “professores” para procederem ao exame, cujo

³ A grande maioria não chegava a permanecer dois anos à frente da administração da Província e apenas um foi além, ficando no Ceará por mais um ano.

resultado não foi dos melhores: Entre os consultados, a maioria considerou ruim a qualidade da água em razão das más condições nas quais se encontrava o principal reservatório de Fortaleza. Um parecer discordante defendeu a potabilidade da água, mas indicou a necessidade de limpar e, a partir de então, controlar o acesso ao aludido reservatório.

A decisão sobre o que fazer, no entanto, foi adiada mediante o argumento de que as despesas seriam significativas e que a soma correspondente à construção de um muro em torno do açude, daria para construir duas boas cacimbas públicas. Resolveu-se, enfim, esperar a chegada do verão para que fosse procedido um novo exame.

O abastecimento de água potável era deficiente, quando não problemático. No mesmo Relatório, o presidente descreveu com detalhes a situação na qual se achavam os poços, cacimbas e chafarizes da cidade, ao mesmo tempo em que indicou as iniciativas tomadas no sentido de solucionar os problemas:

Huma das primeiras necessidades humanas he a de agoas potaveis, e até março do corrente anno estava a cidade muito máo provida deste genero. Existiam pequenos poços forrados de barris, que havião servido de deposito de vinho ou azeitonas, e delles todos os habitantes se servião: só vendo-se se poderá fazer idea da falta de aceio que em taes poços havia. Alem de serem abertos e nelles se lavarem de noite diferentes pessoas, os pretos exaurião por meio de cuias já rotas a agoa, que correndo pelos pés, hía ter no deposito, d'onde de novo era levada aos potes. O Chafariz da Praça do Palacio não corria e o antigo construído pelo ex- Governador Manoel Ignacio de Sampaio se achava desde 1831 inutilizado. Mandeí consertar o ultimo que hoje fornece em abundância huma das melhores agoas conhecidas para embarque (...), mandei abrir um grande poço no logar denominado - Cacimba do Povo - e agora tem a Cidade agoa de excellente sabor e muito limpa.⁴

⁴ *Falla que recitou o Presidente da Província do Ceará na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º. De agosto de 1838. Fortaleza: [s.n.], 1838.*

Além dessas medidas, solicitou verba para o pagamento de uma pessoa cujas atribuições seriam: “encher constantemente o tanque e evitar os danos que pessoas mal intencionadas, ou rapazes costumam praticar em todas as obras publicas”. Informou ainda, que atendendo a solicitação da Câmara da Capital, pretendia construir cacimbas na Praça da Carolina, no Garrote, e no caminho

de Jacarecanga. No entanto, as obras não são iniciadas e concluídas com a brevidade demonstrada nos discursos.

Verifica-se, todavia, que os problemas persistem e passam a ser tratados também, pela imprensa. No início de 1846, o jornal “Cearense” publicou um artigo sobre a necessidade de aformosear a Cidade e, em meio às diversas sugestões, reclamou o melhoramento do abastecimento público de água:

Uma das necessidades mais urgentes de nossa Capital são chafarizes ou poços d’agoa potavel para o seu consummo; alguns poços ou cacimba temos, mas apenas a chamada Cacimba do Povo é a única potavel, bebendo muita gente agoa de cacimba de barris, feitas na Jacarecanga, Curral do Açougue &c. Os demais poços publicos como o da Fortalesa, o do bêco do Cacimbão, e o da bica apenas servem para os outros misteres da vida. A isto acresce que todas estas cacimbas ficão ao lado velho da cidade, achando-se a parte nova, hoje mais povoada, e mais bella, inteiramente sem esse recurso, que seus moradores vão buscar presentemente em logares um pouco distantes⁵.

As obras parecem ter representado, uma solução paliativa. Alguns anos depois, o Presidente Joaquim Vilella de Castro Tavares, dirigindo-se aos membros da Assembléia Legislativa, voltou a mencionar o problema do abastecimento, apontando a necessidade de reforma e construção de alguns chafarizes.

A preocupação das autoridades direcionava-se também para as formas de utilização dos poços públicos, pelos moradores. Em 1848 foi sancionada uma Lei que estabelecia as responsabilidades da Presidência em relação ao Chafariz do Palácio e disciplinava seu uso, determinando a vigilância e definindo a punição aos infratores.

Art.2º Depois que mandar cercar todo o tanque, que fórma o manancial do mesmo chafariz, o Presidente fará plantar arvoredos proprios, e desde ja procedendo a limpeza do mesmo tanque, fará conservar uma guarda do corpo policial no dito manancial, que prive o lavarem-se pessoas ou animaes, ou por qualquer outra maneira lançarem-se nelle immundicias.

Art. 3º A pessoa que o guarda encontrar lavando-se no manancial do chafariz, ou lavando animaes ou roupa, ou

⁵ Jornal Cearense, anno II, No. 16. Fortaleza, 13.01.1847. , p. 02-03.

*lançando immundicias, será presa e levada a presença do Juiz de Paz para ser punida policialmente com um mez de Casa de Correção, salvo se fôr escravo, porque neste caso pagará o Senhor do mesmo oito mil réis de multa para as despesas da Camara, e caso recuse pagar a multa será o delinquente castigado com vinte e cinco açoutes.*⁶

Até o ano de 1862, o abastecimento público, ficou a cargo da Administração. Em novembro deste mesmo ano foi firmado um contrato de concessão com o empresário José Paulino Hoonhotts, para exploração e venda da água de um sitio denominado *Bem-fica*, situado nos arrabaldes da Capital⁷,

O acordo também determinava a instalação de chafarizes em lugares cuja definição era de responsabilidade do Governo e do Empresário; uma multa estipulada em quinhentos mil réis, no caso de falta d'água. Em tal circunstância o Empresário estaria obrigado a transportar o líquido para o centro da Cidade em carroças, sem alteração do preço de quarenta réis a caneca. Estabelecia ainda a proibição de que qualquer outra pessoa que não o Sr. Hoonotts, efetuasse a venda de água no perímetro da Cidade; o fechamento, sob responsabilidade da Câmara, das cacimbas públicas existentes “nos limites da planta da Cidade” logo que fossem concluídos, encanamentos e chafarizes e, por fim, definia o prazo máximo de trinta e seis meses para a conclusão das obras que, entretanto, só foram concluídas em 1867.

As águas estagnadas em “assudes”, “charcos”, “pântanos” ou “lagoas”, foram igualmente problematizadas. Ao referir-se à salubridade da Capital, o Dr. Liberato de Castro Carreira, às vésperas da epidemia de febre amarela reclamava maior atenção das autoridades para com o estado da águas do Pajeú e da Lagoa do Garrote, pois serviam tanto para o consumo como para a lavagem de roupas e banho de animais, além de depósito de matérias putrefatas (Abreu, 1928).

Situados praticamente no Centro, esses reservatórios foram objetos de freqüentes considerações médicas. Chegou-se, mesmo, a aventar a possibilidade de aterramento de um deles. O fato ocorreu em 1851, quando o Presidente Silveira da Motta convocou os médicos Castro Carreira, Marcos José Teophilo e José Lourenço de Castro e Silva, para avaliarem a necessidade de “dessecamento da Lagôa do Garrote”. A despeito de concordarem com a idéia de que a água ali estagnada, representava um perigo para a saúde pública, apenas o Dr. Teophilo foi a favor da extinção da Lagoa. Os outros dois acentuaram a importância de preservá-la, desde que fosse disciplinado seu uso por meio de posturas específicas (Abreu, 1928:35). Desse modo, os

⁶ Lei No. 148 de 22 de setembro de 1848. In: *Colleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Provincia do Ceará*. Tomo XXVIII, Parte XIX. Ceará: Typographia Commercial, 1862. p. 43.p. 182.

⁷ Esta abordagem será construída, a partir da Lei No. 1032 de 27 de novembro de 1862. In: *Colleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Provincia do Ceará*. Tomo XXVIII, Parte XIX. Ceará: Typographia Commercial, 1862. p. 43.

moradores estavam proibidos de “lavarem-se ou apresentarem-se nus, das 6 horas da manhã às seis da tarde, nos lagos ou riachos, sob pena de sofrerem a multa marcada na mesma postura”(Abreu, 1928:35-36).

No Relatório de 1850, o presidente Fausto Augusto Aguiar, apesar de demonstrar uma certa tranqüilidade quando afirmou que “a salubridade do clima desta capital, como de toda Província, era uma forte garantia contra o desenvolvimento de molestias epidemicas de ruim caráter”, se apressou em realçar a necessidade de “melhoramentos hygienicos”.

Ao referir-se aos tais melhoramentos, o presidente apontou mais uma vez a urgência de fazer dessecar os “charcos” e os “pântanos” formados tanto pela água do mar como pela da chuva, nas proximidades do litoral, no sitio denominado Prainha, assim como nos terrenos mais baixos por onde outrora correa o rio Pajeú. Considerados “focos perenes de miasmas”, foram tomados como causadores das “febres intermitentes”, bastante comuns em determinadas épocas do ano.

Excetuando-se as áreas baixas do antigo curso do Pajeú, que tiveram esgotamento, as demais obras, apesar das promessas feitas pelo Presidente e das recomendações do Provedor da Saúde Dr. Castro Carreira, não foram realizadas, pelo menos até o ano de 1852, quando a epidemia de febre amarela já estava controlada.⁸

Alguns lugares da Cidade eram freqüentemente tratados nos Relatórios e na Imprensa como responsáveis pela disseminação de doenças. É o caso do bairro do Outeiro da Rua da Palma, no Centro, e da Rua da Praia, onde se encontravam diversos pontos de água estagnada e acúmulo de lixo.

São antigas as reclamações direcionadas à sujeira presente em vários espaços da Cidade. Já em 1847, o Dr. Castro Carreira ao analisar as condições de salubridade em sua crônica periódica, no item denominado “Hygiene”, faz uma séria crítica à indiferença das autoridades em relação ao perigo do lixo para a saúde pública. A falta de controle e fiscalização das salgadeiras situadas nas principais ruas do centro e a inexistência de um serviço sistemático de coleta, argumentava o médico, contribuía para a contaminação do ar e, em consequência, para a ocorrência de moléstias.⁹

Aos poucos e, muitas vezes, em decorrência de alguma epidemia, eram aprovadas Posturas da Câmara Municipal, que buscavam inibir a sujeira nas ruas. Um dos Artigos da Resolução No. 1100, de 07 de janeiro de 1864, por exemplo, estipulava uma multa para quem lançasse lixo em qualquer outro lugar que não aquele destinado para tal fim.¹⁰

⁸ O relatório de 1852 volta a fazer alusão à existência dos mesmos charcos e pântanos da Cidade.

⁹ Jornal Cearense, anno III, No. 155. Fortaleza, 01.06.1848., p.04.

¹⁰ Colleição de Leis, Regulamentos e Decretos da Província do Ceará. Op. Cit., p.73

Para fazer valer o que determinavam as diversas posturas, a Câmara dispunha, por volta de 1865 de três fiscais, que tinham como atribuição principal a rigorosa observância das mesmas. Isto implicava na tarefa de visitar tabernas, botequins, açougues, matadouros e qualquer estabelecimento que comercializasse gêneros alimentícios. E ainda, vigiar “agoadas, logradouros e servidões publicas”, no sentido de verificar cumprimento do que fora estabelecido.¹¹ Além disso, os curtumes e salgadeiras passaram a ser controlados pela Câmara, que submeteu a existência e localização destes estabelecimentos, a sua apreciação e decisão.¹²

Em circunstâncias excepcionais, como os períodos agudos de epidemias ou quando as autoridades sentiam a sua ameaça, o Governo dispunha de um conjunto de estratégias que consistiam na formação de “commissões de soccorros” compostas, em geral, de autoridades, comerciantes, médicos e “práticos” que tinham como função combater os efeitos da doença junto aos moradores mais pobres e indigentes. Nesse sentido, eram sistematizadas medidas que visavam a limpeza e fiscalização dos lugares mais críticos, associadas à preparação de hospitais, enfermarias e cemitérios e a constituição de uma polícia sanitária - a quem cabia a tarefa de fazer cumprir as normas de higiene e conduzir os acometidos aos médicos. Eram também organizadas “ambulâncias”, compostas de remédios e, em certos casos, até baetas, além de dinheiro para que fosse providenciada e fornecida aos acometidos a dieta adequada¹³.

Em 1878, segundo ano de uma seca que durou até 1879, a limpeza da cidade continuava um problema já apontado pelos médicos e por alguns jornais desde o ano anterior. Na edição de 01 de janeiro, “O Retirante”, que se dizia portavoz das pessoas abarracadas na cidade, dá uma idéia das condições sanitárias, mostrando que Fortaleza fora transformada numa “vasta e repugnante latrina. Os troncos das arvores das praças, as portadas da thesouraria provincial, as esquinas de todas as ruas e, em fim, toda esta bella cidade esta enlameiada devida a grande quantidade de ourina que se verte por toda parte”¹⁴

¹¹ Collecção de Leis, Regulamentos e Decretos da Provincia do Ceará. Tomo XXXI, Parte XXI. Ceará, TYP. Cearense, 1865., p.57.

¹² Resolução 1162 de 3 de agosto de 1865. Idem., p. 62-83.

¹³ As *Commissões* foram muito frequentes em todo o período estudado. Um percentual significativo dos Relatórios de Presidente de Província, fazem referência a elas.

¹⁴ O Retirante, anno 00, no. 28. Fortaleza, 01.01.1878. p. 03.

Não obstante o estado no qual se encontrava a higiene e a falta de condições para acomodar uma população adventícia estimada em aproximadamente cem mil pessoas, no que diz respeito a varíola, nenhuma alteração mais grave foi registrada até pelo menos o mês de fevereiro de 1878, momento em que já havia assumido a presidência o senhor João José Ferreira de Aguiar. De todo modo, os jornais fizeram publicar os conselhos do cirurgião-mor do Exército, Dr. Antonio Manoel de Medeiros e do Dr. Francisco Jacynto Pereira da Motta, que diziam respeito à necessidade de evitar a aglomeração de várias pessoas em espaços que não as comportassem com segurança; ao asseio das ruas e praças; à desinfecção e vigilância sanitária dos abarracamentos e ao devido

cuidado com a higiene pessoal; à vacinação dos abarracados e à alimentação, que, em geral, além de não ser de boa qualidade, muitas vezes, não seguia a orientação de ser distribuída em horários regulares. Por fim, recomendavam a organização de uma estrutura, tanto para o atendimento dos afetados por alguma enfermidade, como para o acolhimento dos que chegavam a falecer.

A publicação dos conselhos médicos surtiu efeito. No seu relatório o Sr. José Júlio indicou as ações implementadas contra uma situação apresentada como insustentável, em razão do crescente número de famintos, doentes e mortos que engordavam as estatísticas da seca desde o ano anterior.

Assim aconselhado, desde então busquei fazer com que em todos os abarracamentos se conservasse o asseio possível e se evitasse essas aglomerações de individuos nos mesmos compartimentos, que, por si só bastam para corromper o ar e damnificar a saude: fiz concluir algumas enfermarias que se achavam em constucção; tratei de colher as informações precisas para poder fazer de todas as famílias emigrantes uma divisão razoavel, de maneira a serem mais regularmente soccorridas, inspeccionadas e tractadas no caso de molestia: e no intuito de proporcionar-lhes acomodações mais amplas e salubres, encarreguei o engenheiro da provincia, Dr. Henrique Theberge, a construcção de um grande abarracamento composto de vastas palhoças, no lugar denominado Aldeiota, e a pouco mais d'uma milha de distancia ao sul desta cidade, sendo minha intenção fazer construir um outro ao norte quasi abeira-mar nos Arpoadores¹⁵

Além destas iniciativas, o ex-presidente diz ter feito o possível para que em todos os abarracamentos houvesse a presença de um médico, apesar, diz ele, de não contar com muitos doutores nem pessoal qualificado para o trabalho junto aos doentes.

Passam-se os meses e a situação agravou-se cada vez mais devido à chegada constante de grupos de emigrantes. Conforme Studart (1997: 33-48), médico que trabalhou nos abarracamentos do Alto da Pimenta, em Fortaleza e, de Maranguape, contavam-se até dezembro do ano anterior 80.000 retirantes para uma cidade cujo número de habitantes girava em torno de 19.000.¹⁶ Para que se tenha uma idéia das condições precárias nas quais se encontrava a população da cidade, o Dr. Studart, informa que ao visitar um dos principais acampamentos organizado na Capital, encontrou ali, no Alto da Pimenta, 20.470 retirados.

¹⁵ Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da Provincia do Ceará ao Exm. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º Vice presidente da mesma provincia em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878. p. 06.

¹⁶ Há, no entanto, diferenças entre os números apresentados pelo Barão de Studart e Rodolfo Teófilo, para quem em 1878, sobretudo na segunda metade do ano, havia em torno de 130.000 habitantes em Fortaleza, dentre os quais, 100.000 eram retirantes.

No início do segundo semestre, quando se encontrava na presidência o senhor José Julio de Albuquerque Barros, algumas medidas, já aconselhadas pelos médicos, foram concretizadas objetivando conter ou pelo menos abrandar a média mensal de falecimentos que, então, chegava a variar de três a quatro mil pessoas, devido à incidência de doenças consideradas de caráter epidêmico, tais como “a diarreia, a dysintéria, a anasarca por diacrasia do sangue e o beri-beri”.¹⁷ A primeira delas foi a remoção dos abarracamentos situados a barlavento, para o sentido oposto, sob o argumento de que:

Mais de 200.000 emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do litoral. Esta capital carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, o lyceu, o quartel de policia, as escolas publicas, muitos outros predios em diversas ruas, serviam de alojamento de retirantes, e em cada um delles se apinhavam centenas de individuos quasi inanidos. Os abarracamentos eram immundos e não tinham commodos sufficientes nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação da epidemia reinante. O mesmo se dava nos outros lugares em que se accumulava a população do interior.

Seguindo as indicações do Dr. Meton da Franca Alencar, “Inspector de Saude Publica”, do delegado, do cirurgião-mor do Exército e do Dr. Antonio José de Mello, o presidente afirma:

...fiz construir em lugares cobertos e arejados os novos alojamentos dispostos de modo a formarem grandes quadrilateros, com uma area cnetral de 200 a 300 metros, estabelecendo em cada um deles uma enfermaria, de ponto de generos, cozinha com capacidade para preparar o alimento diario de duas a tres mil pessoas, lavanderia e outros accessorios indispenaveis ao asseio.

¹⁷ *Relatio com que o Exm. Sr. José Julio de Albuquerque Barros abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará, no dia 1º de novembro de 1878.* Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879.

Registra também ter providenciado o fornecimento de carne verde destinada à dieta dos doentes nas enfermarias, bem como à limpeza das “bacias do pajheu” e da “alagoa do garrote”, visando com isto, o suprimento de água minimamente potável, à população. Ademais, logo que surgiram os primeiros casos de varíola, providenciou a vacinação dos retirantes e a reativação do lazareto bem como de outros espaços de isolamento dos acometidos. O número de casos aumentou rapidamente atingindo a cifra de 1884 pacientes isolados nos Lazaretos (Theophilo, 1997).

Confirmando as informações do presidente José Julio, o farmacêutico Rodolpho Teophilo relata que em agosto de 1878, chegam os primeiros acometidos, vindos da cidade de “Aracaty”, aonde a “bexiga” já era considerada epidêmica. Foram duas as pessoas, que logo faleceram. Em setembro, voltou a ocorrer casos no abarracamento da Pacatuba. Desta feita, a “moléstia” se disseminou de tal modo que ao final do mês já eram mais de trezentos casos e, em outubro, o número de doentes chegava a cinco mil. A essa altura, arremata o autor:

Já não havia mais esperança de restabelecer um serviço hospitalar mais ou menos regular tal a cifra dos variolosos. Mais de cinco mil enfermos contavam-se disseminados pela area sub-urbana da cidade afóra os 592 mortos durante o mez (Theophilo, 1997:12).

Os números cresciam dia após dia, e em novembro, a varíola já estava espalhada por todos os cantos, imprimindo uma realidade que beirava o caos, uma vez que os serviços de assistência não conseguiam dar conta do volume de casos que aumentava a todo o momento, apesar da contratação de todos os médicos que clinicavam em Fortaleza.

O aspecto da cidade parecia desolador, afinal era “rara a família em Fortaleza que não estava de luto”. De fato, a situação era desesperadora. Os números coligidos e apresentados por Theophilo (1997: 36), expressam bem o que vimos dizendo:

O mez de dezembro acabou registrando o obituario a assombrosa cifra de 15:352 fallecimentos; 14:491 de variola e 861 de outras molestias.

É preciso notar que neste numero só estão incluídos os enterramentos feitos no cemiterio de Lagôa-Funda.

A cifra seria muito maior se fossem contados os cadaveres queimados nas palhoças dos suburbios e os sepultados no cemiterio de S. João Baptista. Além destes havia mais os que eram enterrados clandestinamente nos matos das cercanias de Fortaleza.

É portanto razoavel calcular em cerca de 16 mil os óbitos da variola de 1 a 31 de Dezembro na capital.

De setembro a novembro, o autor tem em sua conta 24.849 corpos sepultados apenas no cemitério do Lazareto. Conforme os cálculos do Studart (1997, 43-

44), a cifra total dos falecimentos durante o ano de 1878, foi de 57.780, dos quais 24.884, são devidos à varíola.

Diante do exposto, conclui-se que mesmo de forma frágil, precária e descontínua, a administração pública e os médicos buscavam planejar e organizar ações que contribuíssem para estabilidade da salubridade urbana e que as providências postas em prática durante as epidemias de febre amarela, cólera e varíola, podem ser resumidas na organização de comissões de socorro, na preparação dos equipamentos de saúde, na composição de ambulâncias e na contratação de facultativos, práticos e enfermeiros, o que acaba demonstrando inúmeras deficiências relativas ao controle da doença e ao tratamento dos enfermos.

Artigo

Recebido: 20/04/2008

Aprovado: 20/04/2008

Key words: Public Health, epidemics.

ABSTRACT: This article intends to reflect on the systematic observation of the conditions of salubrity of the Capital and the measures of the public health placed in practical for the authorities, aiming at the improvement of the sanitary picture in the understood period enters the years of 1850 and 1880, moment where the city faces fort epidemic outbreaks of yellow fever, cholera and smallpox.

Referências

ABREU, Cruz. Presidentes do Ceará. Segundo Reinado, 18^o Presidente: Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 42. Fortaleza, 1928.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX.* Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 1997.

STUDART, Guilherme Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

THEOPHILO, Rodolpho. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.